

Breves considerações sobre a agropecuária e o mercado interno de víveres na América Portuguesa (séculos XVII e XVIII)

Rogério H. C. de Paula¹

Resumo: Este ensaio almeja estudar o mercado interno de víveres existentes no período seiscentista e setecentista na América Portuguesa de acordo com estudos da temática abordada e sobre História Econômica. Propõe-se, também, a analisar o comércio de víveres, e, concomitantemente, enfatizar a produção de gêneros de primeira necessidade que visava suprir as necessidades de subsistência e prover o mercado de artigos alimentícios. Buscando esboçar este mercado, fez-se necessário ponderar o fator demográfico, uma vez que a relação entre população e consumo é evidente. Além desses intuitos, procura-se elucidar a relação entre a atividade pecuarista e o mercado interno, além de salientar o processo de expansão dessa atividade.

Palavras-chave: Víveres; Mercado; América Portuguesa.

Small considerations about the Agriculture, the livestock and the internal market of foodstuff genres in the Portuguese America (XVII and XVIII centuries)

Abstract: This article attempt to analyze the internal market of foodstuffs in the period of XVII and XVIII centuries of Portuguese America according with studies about thematic approached and about Economic History. Proposes to analyze the food trade, and, concomitantly, emphasize the genres of prime necessity production that aimed supply the subsistence necessities and provide the market. Seeking outline this market, became necessary consider the demographic factor, because the relationship between population and consumption is evident. Besides these objectives, seeks to elucidate the relationship between the livestock activity and the internal market and, along with, stress livestock activity expansion process.

Keywords: Foodstuff; market; Portuguese America.

INTRODUÇÃO

Neste estudo procura-se analisar as relações comerciais envolvendo a produção de víveres, bem como o processo de criação e consolidação das propriedades que estavam atreladas a estas relações – as fazendas de criação de gado e as pequenas roças –, na América Portuguesa, entre os séculos XVII e XVIII. Em suma, almejando apreciar tal ambiente, que se configurava basicamente como um mercado, estudaremos as relações de troca envolvendo artigos que compunham a base de alimentação na colônia. Tais análises serão feitas de acordo com determinados estudos acerca da agricultura de

¹ Graduando do 5º semestre do curso de Licenciatura em História pela UFMS/CPTL

subsistência no período colonial e, tendo como fundamento em História Econômica, o estudo de Simonsen (1978).

Busca-se ponderar a formação e o processo de alargamento das propriedades rurais que estavam atreladas ao mercado interno de gêneros alimentícios. Essas propriedades produziam um determinado excedente destinado à comercialização e, especialmente, a suprir as necessidades de subsistência do contingente populacional colonial tanto no que diz respeito à população livre, de origem portuguesa, como à sua equivalente escrava, de origem africana, sem esquecermos de outros sujeitos cujas origens remontam aos povos indígenas, afora outros grupos. Dentre essas propriedades, destacam-se as pequenas roças as quais se limitavam a produzir alimentos para autoconsumo ou mesmo para o abastecimento do mercado interno.

Também, enfatizam-se os principais aspectos, sobretudo, o demográfico, das lavouras de gêneros de primeira necessidade e das propriedades destinadas à criação de gado. Ao mesmo tempo, busca-se estudar o processo de expansão das lavouras de víveres e das fazendas de gado cujos vínculos com o mercado interno são evidentes.

Aprecia-se, também, o relacionamento do mercado interno com as atividades de exportação perpetradas pela metrópole portuguesa e as implicações da indústria açucareira setecentista, somando-se ainda à produção aurífera setecentista, no processo de ampliação das fazendas de criação e das lavouras de víveres.

FORMAÇÃO E EXPANSÃO DAS LAVOURAS DE VÍVERES E SEU VÍNCULO COM O MERCADO INTERNO

Destarte como a pecuária, as lavouras de víveres, no período colonial, estavam ligadas, em parte, às atividades econômicas dominantes, voltadas para a exportação – a indústria do açúcar e a posterior exploração das jazidas de ouro em Minas. Conforme Linhares (1979), no Nordeste, a agricultura de subsistência vinculava-se a monocultura exportadora, ou seja, aos canaviais (1979, p.42). Para Simonsen (1978), a pecuária formava “a princípio a retaguarda econômica das zonas de engenho” (1978, p.150) e a “indústria do açúcar era importante consumidora de gado.” (1978, p.151). Com a

necessidade de alimentação, o fator subsistência era um dos alicerces para a continuidade do processo de colonização lusitano e, igualmente, para a manutenção de conjunturas favoráveis à produção do açúcar e à exploração de recursos auríferos. O processo de expansão e formação das lavouras de gêneros de primeira necessidade, além, como será elucidado, de seu caráter produtor de alimentos, também ocorrera em consonância com intuítos povoadores.

Os primórdios dessas lavouras remontam à agricultura indígena. Gêneros como a mandioca, o milho e a batata-doce eram cultivados por povos autóctones muito antes da chegada de portugueses, ou outros europeus, no litoral nordeste do atual Brasil. Esses gêneros foram incorporados à alimentação dos colonos lusos. No prelúdio da colônia (século XVI), o reconhecimento dado, por parte dos colonizadores, aos conhecimentos indígenas referentes à agricultura, foi essencial, pois, como alegam Del Priore e Venâncio (2006), esses conhecimentos foram “fundamentais para a sobrevivência dos europeus no novo Mundo” (2006, p.16). Todavia, no contexto colonial da América Portuguesa, a lavoura de alimentos era “desfavorecida socialmente desde os primeiros decênios.” (LINHARES, 1996, p.134). As dificuldades impostas a esta forma de agricultura pela classe dominante colonial e monoculturas constantes, como frisa Linhares (1996). Tal classe, inclusive, reivindicava exclusão dos produtores de víveres, sob a alegação de que “o mal causado pelas culturas (dos índios) é muito maior do que qualquer benefício que possam trazer”. (1996, p.134). Uma vez que tal classe era a “monopolizadora das melhores terras mais próximas dos rios e portos” (1996, p. 134), é crível deduzir que havia, por parte dessa classe, um forte receio de que a grande lavoura exportadora fosse afetada pelas culturas indígenas. Conta-nos esta autora que, devido às epidemias de 1560 e 1563, as quais dizimaram uma parcela considerável da população nativa local, então produtora de alimentos, na Bahia, a lavoura de víveres entrou em colapso. (LINHARES, 1996, p.134).

Por sua vez, os autores Del Priore e Venâncio (2006) enfatizam, mediante análise dos dados botânicos sobre a flora nativa, presente nas “novas terras”, contidos na carta de Pero Vaz de Caminha, que existem inúmeros termos botânicos que fazem alusão ou associação direta as plantas (2006,

p.15). Não obstante, os autores argumentam: “Sem o prévio acúmulo de informações sobre espécies vegetais nativas, dificilmente os portugueses teriam sobrevivido e implantado o sistema colonial no atual território brasileiro.” (2006, p.16). Os diversos povos autóctones, em aproximadamente 1500, labutavam a terra e mantinham lavouras de plantas comestíveis. Segundo os autores, havia diferenças regionais entre as diversas culturas, existindo lavouras de mandioca, no litoral, até a ocorrência de plantações de batata-doce, no centro do atual território brasileiro. Dentre estas culturas e povos que as cultivavam, o colonizador lusitano, devido à predominância dessas plantações na costa litorânea, tomou contato, primeiramente, com os índios, como os tupiniquins, que plantavam mandioca e isto resultou o maior contato com este gênero alimentício. (2006, p.16).

No século posterior, com o sistema colonial mais consolidado e com o melhor aproveitamento econômico da atual colônia, os engenhos de açúcar dependiam de escravos para seu funcionamento e também de trabalhadores livres. Estes “pólos” (escravos e trabalhadores livres) estavam inseridos no montante populacional que necessitava, logicamente, de alimentos. Devido a isto, consolidar-se-iam atividades de criação de animais para suprir a demanda de gêneros alimentícios, assim como o surgimento de mais lavouras de víveres. Dentre essas lavouras destacam-se os mandiocais, cujas alusões são visíveis nas descrições de diversos cronistas e, sobretudo, na História do Brasil (1627) de Frei Vicente do Salvador.

O fenômeno de expansão das lavouras de alimentos encontrava seu fundamento na zona de engenho e esta figurava-se como o “centro de gravidade econômico colonial” no qual as produções de outros gêneros estavam estritamente correlatas, ou seja, a grande indústria e lavoura açucareiras, de certa maneira, com suas necessidades, influíam na produção de outros gêneros, sobretudo, os de primeira necessidade. A agricultura de subsistência, assim como a pecuária, estava vinculada à monocultura exportadora e sua indústria, no contexto do século XVII. De acordo com Linhares (1979):

Nas primeiras décadas da colonização, no tocante ao núcleo exportador do Nordeste, centrado em Pernambuco e na Bahia, a agricultura de

subsistência articula-se com a unidade monocultora exportadora, da qual é subsidiária, e ambas com os centros urbanos e portuários. (1979, p.42)

A formação e o alargamento dessas lavouras estavam, também, ligados, assim como a relação entre a atividade pecuarista e a indústria do açúcar, às questões demográficas e ao desbravamento, por parte dos colonos lusos, de “novas terras”. Imerso neste contexto havia a necessidade de subsistência que demandava a criação de pequenas plantações, “abertas nas clareiras da mata, produtoras de alimentos básicos para a família, e com algum excedente para o mercado local, se combinavam com fazendas açucareiras voltadas para a exportação.” (DEL PRIORE E VENÂNCIO, 2006, p.48). Tais lavouras, no tocante ao meio de ocupação da mata para seus estabelecimentos, segundo considerações de Del Priore e Venâncio, estavam de comum acordo com o indígena. Tratava-se da “rotação florestal longa’, ou seja, a agricultura feita após a derrubada e queimada de uma parcela da mata, seguida pelo repouso do solo por algumas décadas”. (2006, p. 48) Além disso, tais roças eram criadas em consonância com determinados critérios que visavam à melhor comunicação com vilas ou com os melhores caminhos destinados à escoar a produção e, também, com questões como solidariedade entre vizinhos e familiares (2006, p.48). No que diz respeito ainda ao caráter agricultável das terras destinadas às culturas de víveres, Linhares (1979) discute que essas culturas estavam adstritas às terras menos férteis. (1979, p. 38)

O ápice do crescimento demográfico, ocasionado pela descoberta de jazidas auríferas no final do século XVII, fundamentava-se em um grande fluxo de pessoas, em uma, grosso modo, “migração” que abrangia tanto à população de origem portuguesa quanto à de origem africana. Klein (2000), em estudo sobre a migração nas Américas e suas particularidades, mostra-nos que:

Em 1700, a economia brasileira [...] experimentou um crescimento extremamente rápido com a descoberta, na província de Minas Gerais, das maiores jazidas de ouro do mundo ocidental. Isso abriu o interior brasileiro a enorme expansão e também estimulou a mudança da população para o Centro e o Sul do país. Também resultou em novas migrações da Europa, agora que os salários haviam mudado clara e definitivamente em favor da economia colonial portuguesa na América. (2000, p. 19)

Del Priore e Venâncio (2006), sobre este mesmo fluxo populacional, enfatizam que as “Estimativas recentes indicam que, entre 1650 e 1750, o número de portugueses vindos para o Brasil aumentou em 500%, enquanto entre os africanos esse crescimento foi de aproximadamente 220%” (2006, p.50). Segundo os autores, este evento deu luz à possibilidade de concessão de novas cartas de liberdade aos escravos e fez aumentar a porção da população, de origem portuguesa, empobrecida. Parcelas consideráveis dessa população “tiveram, na produção e comercialização dos gêneros alimentícios, assim como na pequena pecuária, uma forma de sobrevivência.” (2006, p. 50). Acerca de tal processo migratório, tem-se as seguintes estimativas:

Estimativas de migração para o Brasil		
Período	Portugueses	Africanos
1651-1700	100.000	360.000
1701-1750	500.000	800.000
Total	600.000	1.160.000

Fonte: Del Priore e Venâncio, 2006, p. 50.

Concernente ao crescimento demográfico como consequência da mineração e sua ocorrência em terras pouco agricultáveis, bem como carências alimentares advindas deste fato, Simonsen (1978) aponta que a mineração resultara uma concentração populacional em zonas pouco férteis. Segundo o autor, isso culminara a maior procura de alimentos e, por conseguinte, crises de fome (1978, p.157). Ademais, o autor salienta que a produção aurífera mineira “provocou o rápido crescimento da população brasileira, que, em um século, decuplicaria”. (1978, p.162)

Uma das peculiaridades do povoamento na colônia era, como salienta Novais (1998), “a continua chegada de novos contingentes populacionais” (1998, p.20). Este quadro implicava em mobilidade populacional, que se expressava, no seu início, no crescimento demográfico rápido, como indica o autor “[...] no final do século XVIII a Colônia tem uma população semelhante à de Portugal, entre 3 milhões e 4 milhões de almas.” (1998, p.20)

Esta conjuntura populacional possibilitou o aumento no número de roças e permitiu que relações comerciais, envolvendo víveres, se

consolidassem no bojo de um singelo mercado, apesar de a carestia ser uma constante no mercado alimentício da América Portuguesa. “Não demorou muito para que tais agricultores humildes, saídos das roças familiares, começassem a abastecer de maneira contínua ou irregular as vilas.” (DEL PRIORE E VENÂNCIO, 2006, p.51). Sendo assim, pode-se deduzir que o casuístico principal, que teve como efeito a formação e alargamento das pequenas roças destinadas à subsistência e/ou abastecimento do mercado interno de víveres, de certa forma, foi o demográfico. Isto, também, culminou na diversificação da “paisagem agrícola colonial”. Houve uma expressiva diversificação nas atividades de pastoreio, ou seja, além dos currais, ocorreu o aumento de propriedades voltadas à criação de outros animais domésticos – como porcos, galinhas etc. Em suma, o aspecto demográfico contribuiu muito para o processo de diversificação da agropecuária colonial. Para Del Priore e Venâncio:

[...] a descoberta do ouro, cuja produção inicialmente exigiu poucos recursos, contribuiu para expandir a população livre de origem portuguesa. Em consequência disso, a importação de escravos africanos também aumentou. Toda essa gente precisava ser alimentada. Os produtos importados, como o vinho e o bacalhau, custavam caro e eram consumidos como sinal de prestígio social ou em decorrência do calendário religioso. [...] somou-se cada vez mais a produção de mandioca, milho e feijão, além da criação de gado, porcos, cabras e galinhas, destinados ao autoconsumo ou ao mercado interno. (2006, p.123)

Com o aumento da população nos setecentos e a conjuntura vigente fundamentada na descoberta e exploração das jazidas auríferas, houve a diversificação e ampliação das permutas envolvendo víveres. Há vista que as necessidades de subsistência eram minimamente sanadas por meio do mercado nascente e, também, através da produção, antes de tudo, de víveres. Esta inferência está amplamente alicerçada nas lavouras cujas produções objetivavam abastecer os mercados locais ou destinavam-se para autoconsumo. Neste âmbito, existe a figura do roceiro que labutava nas roças que tinham estes objetivos. Conforme salientam Del Priore e Venâncio, os roceiros produziam alimentos para consumo imediato e/ou forneciam-nos para arraiais, vilas e fazendas. (2006, p. 51)

Linhares (1996), em artigo sobre esta questão, enfatiza os dois principais intuitos da agricultura de subsistência – “o de ocupar a terra,

desbravando-a e povoando-a e, ainda, o de organizar-se sob formas de trabalho familiar para produzir excedentes e atender, progressivamente, às necessidades dos núcleos urbanos em expansão, além de suprir as frotas que se dirigiam ao sul e à África.” (1996, p.135). Vê-se claramente, mencionando também o foco central da agricultura de subsistência – o de suprir as necessidades inexoráveis de alimentação do contingente populacional –, que havia objetivos de povoamento e desbravamento das terras coloniais por trás do próprio processo de formação dessa espécie de lavoura. Evidentemente, a atividade na lavoura requeria trabalho e indivíduos. Daí o segundo intuito referente à organização do processo de trabalhar a terra sob “formas de trabalho familiar”. Tais objetivos culminavam a fixação e consolidação de núcleos populacionais ao longo do interior das possessões coloniais portuguesas.

Entretanto, como salienta Novais (1998), a sociedade, na colônia, que possuía atividades econômicas voltadas para dentro, ou seja, para o mercado interno, tinha como peculiaridade demográfica a instabilidade, a mobilidade populacional, ao contrário da sociedade cuja economia estava voltada para o mercado externo. Segundo o autor: “a sociedade mais estável, permanente, enraizada, está voltada para fora – a economia açucareira organiza-se para a exportação; e a economia de subsistência (como a de São Paulo, ou a pecuária nordestina), que está voltada para dentro, dá lugar a uma formação social instável, móvel, sem implantação.” (1998, p.25)

Por fim, o processo descrito de formação e de expansão das lavouras de víveres e o aumento na diversidade da produção agropastoril foram efeitos de determinados fatores coadunados. Destaca-se, nestes fatores, a questão demográfica, sendo esta o resultado de uma conjuntura econômica capitaneada pelas atividades exportadoras coloniais, apesar de as sociedades destinadas a produzir para o mercado interno serem itinerantes, como bem destaca Novais (1998). O aspecto demográfico figurava como uma espécie de “alicerce” no âmbito agrário, tanto no tocante ao processo de labuta da terra como ao de controle do que era produzido e consumido, pois: “Assim como sem subsistência não pode haver homens, não pode também sem eles subsistir a agricultura que é a chave mestra com que se abrem os tesouros mais seguros da subsistência.” (Luís do Santos Vilhena. Pensamentos

políticos sobre a colônia (1744-1814) apud DEL PRIORE e VENÂNCIO, 2006, p.101).

A agricultura de subsistência configurava-se, também, como um elemento de consolidação de povoamento e ocupação da terra, mediante desbravamento das mesmas. Isto é notório no contexto da colônia portuguesa, sobretudo quando o “boom” demográfico ocorrera, ocasionado pelos fatores já mencionados. Em suma, a agricultura de víveres era um dos fatores essenciais para a subsistenciada população colonial, para o abastecimento dos núcleos populacionais e, conseqüentemente, para a manutenção das atividades econômicas para proveito metropolitano (“exploração para o desenvolvimento da metrópole” (NOVAIS, 1998, p.21).

A PECUÁRIA, SUA EXPANSÃO E RELAÇÃO COM O COMÉRCIO DE VÍVERES COLONIAL

Foi a zona do açúcar, porém, que deu origem à primeira fase da grande criação de gado. Os antigos cronistas, Gandavo, Gabriel Soares, Fernão Cardim, Frei Salvador, e outros, são acordes em constatar a atenção que ia despertando a criação no Centro-nordeste brasileiro. É que a indústria do açúcar era importante consumidora de gado. (SIMONSEN, 1978, p.151)

O processo de expansão das propriedades voltadas à criação de gado, no contexto do século XVII, tinha a indústria do açúcar como seu primeiro catalisador. O efeito principal do vínculo entre estas duas atividades econômicas seria a formação e intensificação do comércio de artigos oriundos da pecuária, pois “a intensa procura [de gado] que se estabeleceu com o rápido crescimento da indústria (de açúcar), estimulava a criação.” (1978, p. 151) Essa relação entre indústria de açúcar e pecuária denota, de certa forma, a existência de um mercado de artigos oriundos dessa última atividade, sendo que os engenhos consumiam gado. Não obstante a isso, tem-se a carne bovina como um dos artigos alimentícios consumidos pelos que trabalhavam nos engenhos. Na produção açucareira, “a alimentação de carne era necessária para os que se dedicavam aos intensos trabalhos dos engenhos.” (1978, p.151). A mineração se configurou como o segundo catalisador, nos setecentos, do processo de expansão dos pastos de criação. Ela, como ressalta Simonsen, provocou, no que tange à comercialização de gado, a ligação, inclusive, de interesses econômicos entre os pecuaristas de regiões

distintas da colônia. De acordo com as considerações do autor: “Estabeleçiam [...] as correntes comerciais de gado pelo interior do Brasil, funcionando a zona de mineração como um providencial elo de interesses econômicos, unindo, pelo sertão, os homens do Norte, do Centro e do Sul.” (1978, p. 162)

Este processo de expansão tinha no instituto das sesmarias seu alicerce. Conforme ressalta Silva (1997): “As bases do novo rush fundiário (fazendas de criação de gado), com seu ápice nos anos entre 1670/80-90, são as mesmas que moldaram a estrutura fundiária de plantation açucareira: as sesmarias”. (1997, p. 119). Tem-se as sesmarias como o meio pelo qual as fazendas de criar, nos seiscentos, consolidavam-se, uma vez que tal instituto era a forma com a qual a metrópole lusitana “distribuía”, grosso modo, as terras coloniais americanas. Outros aspectos (como guerras contra os silvícolas, escravização destes e a abertura da fronteira), também mencionados pelo autor, contribuíram para a formação e a expansão de propriedades de criação de gado. De acordo com Silva (1997):

A definitiva expulsão do gado para os sertões em fins do século XVII e, ao mesmo tempo, a abertura da fronteira (através da intensificação das guerras de extermínio e/ou escravização das populações indígenas), permitiram formação, por parte dos colonizadores, de uma vastíssima rede de propriedades: as fazendas de gado. (1997, p.119)

A atividade pecuarista é um dos elementos responsáveis pelas correntes de comércio e também pela intensificação das permutas nesse comércio, pois a utilização de gado, tanto para alimentação quanto para transporte, eram, na colônia, os motivos principais dos quais se sucederam redes de troca e, porventura, um considerável comércio. Isto é visível nas ponderações de Simonsen quando dá ênfase no gado como um objeto de relações de comércio. Conforme o autor:

a criação de gado, que ocupou grande faixa do sertão, formando, a princípio, a retaguarda econômica das zonas de engenho e, mais tarde, um decidido apoio à mineração, fixador do povoamento no interior e o objeto de grandes correntes de comércio que se estabeleceram dentro do país... (1978, p.150)

Havia, na indústria açucareira, a utilização do gado nos trapiches e para o transporte. Além disso, existiam as reses cuja carne estava destinada ao consumo. Ressalta Antonil, no contexto dos setecentos – “Para os

engenhos, para os lavradores de canna, tabaco, mandioca, serrarias, lenhas; para a alimentação era grande o consumo de gado.” (1978, p.156). A relevância da carne enquanto artigo alimentício é tal que, na ênfase dada a “‘Descrezão da fazenda que o Collegio de Santo Antão tem no Brasil e seus rendimentos’, feita pelo padre Estevão Pereira, S. J., em 1635.”, Simonsen salienta a descrição do jesuíta a despeito da alimentação dos negros escravos na qual cita a carne. De acordo com o autor: “Não esquece o meticuloso jesuíta da discriminação da alimentação do negro. Farinha [de mandioca] em quantidade ‘Para seu comer se lhe dá de quando em quando (ao menos quando lança o engenho a moer) sua posta de carne’ [...]” (1978, p. 102).

A utilização do gado para diversos fins – como meio de transporte, como força motriz nos engenhos, como alimento, entre outros usos – configura-se como evidência de que, nos seiscentos, existia um singelo mercado interno vinculado à própria pecuária. Isso mostra a relação vigente, no período, entre a atividade pecuarista e o mercado interno de alimentos.

Na região centro-nordeste colonial, bem como em determinadas porções meridionais da colônia, a atividade de criação de gado estava intimamente relacionada com as relações comerciais na colônia, uma vez que o próprio gado era o artigo principal envolvido em diversas trocas. O comércio de gado tinha como pontos nevrálgicos as feiras que, segundo Simonsen, surgiram no século XVIII, devido ao aumento populacional e, sendo este aspecto condicionado pelo primeiro, pela intensificação do comércio de gado. Para o autor:

Graças à intensificação do comércio de gado e ao aumento da população, a partir do século XVIII, foram surgindo várias feiras: de Santana, Curralinho e Candeúba, na Bahia; Itabaiana e Brejo d’Areia, no Pará; Campos de Santana e São Cristóvão, no Rio de Janeiro; Itapemirim-mirim, no Maranhão; Três Corações do Rio Verde, Benfica e Sítio, em Minas; Sorocaba, em São Paulo. (1978, p.178)

Devido às essas feiras, pode-se deduzir existência de redes de comércio no mercado interno colonial, cujo principal artigo envolvido era o próprio gado e artigos oriundos deste, em especial a carne bovina. A oferta destes artigos estava correlata, no que concerne suas “produções”, a aspectos do meio. Esses aspectos influíam na criação de gado e, conseqüentemente, resultava em oscilações de preço dos gêneros que eram produzidos por meio

das reses. Simonsen coloca que “o gado se desenvolveu nos campos do Sul, ainda mais facilmente do que no Norte” (1978, p.162) e, devido a este aspecto, resumido no óbice à atividade no Norte, o preço da carne nas regiões setentrionais e na costa nordestinas sempre foi elevado. “No comércio bovino, como na hegemonia econômica do País, perdia o Norte a sua predominância inicial.” (1978, p.163). Infere-se: existia, no período colonial, em determinadas regiões, a escassez do gado devido à ausência de um ambiente favorável ao desenvolvimento e criação do mesmo, culminando em volatilidade dos preços de determinados artigos, como a carne bovina, no mercado alimentício nortista. Segundo os dados provenientes do estudo do autor:

Em 1654, no Maranhão, a carne era vendida a 40 réis a libra, obrigando-se a Câmara a ficar com a que não era vendida.

Em 1670, a carne baixou a 30 réis; em 1687, a 20 réis; em 1688 a 18 réis que representam cerca de 1\$500 (em cruzeiro dos anos de 1970) valor de hoje.

Em 1717, o preço em São Salvador era de 640 réis a arroba, ou seja, mais de 2\$000 em valor atual. (1978, p.162)

A mineração implicou, no século XVIII, a ampliação do mercado interno de víveres, em que, em seu bojo, os indivíduos almejavam sanar suas necessidades alimentares. Outro efeito da produção aurífera foi a intensificação das relações comerciais neste mercado. Entretanto, no mercado de artigos de primeira necessidade colonial, a produção que o abastecia não era estável. As vicissitudes e carestias ocasionadas pela incapacidade de manter o abastecimento de forma constante, a grande demanda por víveres ou questões de outros gêneros (como dificuldades de transporte) figuram-se como constantes no comércio de víveres da América Portuguesa. Sobre as carestias decorrentes da escassez, Simonsen (1978) aponta: “a mineração produziu uma rápida concentração de populações em zonas pouco férteis, provocando uma grande procura de alimentação e crises terríveis de fome que as crônicas relatam sob as mais sombrias cores.” (1978, p.157).

Todavia estas constantes no mercado interno colonial não se configuram como aspectos irrefutáveis que corroboram a hipótese de inexistência do mesmo. Conforme alegações de Linhares (1979):

Não atribuímos a fragilidade, ou mesmo inexistência, do mercado interno a obstáculos tais como deficiência dos meios de transporte, distâncias

grandes entre os núcleos de povoamento, insuficiência da produção ou incompetência e/ou desonestidade dos comerciantes. (1979, p.30).

À guisa de conclusão, vê-se que a atividade pecuarista estava, na colônia, relacionada ao mercado interno colonial de tal forma que a mesma foi responsável, como mencionado anteriormente, pela concretização de redes de comércio no interior das possessões coloniais lusitanas. Estas redes possuíam como pontos nevrálgicos as feiras nas quais se comercializavam o gado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, por meio das análises realizadas, observa-se a existência de um singelo mercado devíveres no período colonial. Cabe salientar, também, que o mercado de víveres colonial estava vinculado ao elemento exportador metropolitano o qual permeava a dinâmica econômica colonial, pois o objetivo preponderante era a manutenção das atividades principais da colônia. A produção de víveres, cujo, em parte, excedente configurar-se-ia como a oferta de gêneros alimentícios para o mercado de pequenos povoados, vilas, ocorria em pequenas lavouras, as quais, além de produzirem para consumo imediato, abasteciam, segundo Del Priore e Venâncio, de forma irregular ou contínua, o mercado interno de arraías e vilas. (2006, p.51)

Procuramos sustentar a hipótese segundo a qual os principais casuísticos, cuja implicação fora a formação de redes de comércio interno de gêneros de primeira necessidade, se limitam a dois. O primeiro deles é ofator demográfico que, não obstante ao povoamento rarefeito e instável na colônia como enfatiza Novais (1998), se expressa, nos seiscentos, pela população escrava negra e pelo ínfimo contingente português e, no final dos seiscentos e século posterior, pelo aumento excepcional, tanto da população de origem portuguesa quanto de sua equivalente africana, ocasionado pela mineração. Já o segundo – que, de certa forma, está relacionado com o primeiro – refere-se à expansão da pecuária atrelada à atividade industrial açucareira (século XVII) e, ulteriormente, à produção aurífera mineira (século XVIII). Este segundo casuístico foi o elemento motriz do desbravamento e povoamento do interior da América Portuguesa. Ademais, essa expansão da pecuária fundamentava-se

na concretização de fazendas de criar no interior da colônia e tinha vínculos com o comércio interno.

Sendo assim, buscamos neste estudo analisar o processo de formação e expansão das lavouras de víveres e das propriedades de criação de gado (pecuária), bem como as relações comerciais de artigos alimentícios no mercado colonial da América Portuguesa.

REFERÊNCIAS

DEL PRIORE, Mari; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006;

KLEIN, Hebert S. Migração internacional na história das Américas. In FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: USP, 2000, pp. 13-31;

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. In *Tempo (London)*. Rio de Janeiro: UFF/RelumeDumará, v. 1, n.2, pp. 132-150, 1996;

_____. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri Edições, 1979;

NOVAIS, Fernando A. Condições de Privacidade na colônia. In NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (Orgs.). *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Francisco C. Teixeira. Pecuária, sertões e a formação do mercado interno no Brasil. In: *Revista Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRJ)*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 8, n.1, pp. 119-156, 1997;

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 8ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.